

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



DESEMPREGO, INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Karine Carneiro de Oliveira Silva¹

Mônica Duarte Cavaignac²

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo apresentar expressões do desemprego, da informalidade e da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo, marcado pela crise estrutural e pela reestruturação do capital nas últimas décadas e seus impactos destrutivos sobre as condições de trabalho da classe trabalhadora, compreendida como totalidade daqueles que dependem do trabalho para sobreviver. Trata-se de um estudo bibliográfico, ancorado em referenciais como Antunes (2013), Alves (1999), Cacciamali (2000) e Tavares (2002), que proporcionam a compreensão da voracidade desses impactos, principalmente sob as formas do desemprego e redução do trabalho formal, novas formas contratuais de precarização e a expansão do trabalho informal.

PALAVRAS-CHAVE: Precarização do trabalho. Desemprego. Informalidade.

1 Introdução

A reorganização do mundo do trabalho é uma condição que se instaura no capitalismo contemporâneo, tendo como pano de fundo o processo de reestruturação produtiva. Estabelece inovações sociais, organizacionais e tecnológicas à produção capitalista

¹ Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), graduada em Serviço Social pela Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ).

² Professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará (UECE), vinculada do Curso de Serviço Social e ao Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS). Pró-reitora de Graduação. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas e Exclusão Social (GEPPEs). Graduada em Serviço Social pela UECE e em Direito pelo Centro Universitário Estácio de Sá. Mestre em Educação e Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pós-doutora em Educação pela UECE.

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



(ALVES, 2007), na tendência da acumulação flexível, que também flexibiliza os mercados e processos de trabalho.

O mercado de trabalho é envolto pelo que Cacciomali (2000) chama de processo de informalidade, caracterizado por esse reordenamento de todos os lados. Tem como principais elementos o desemprego, a flexibilização dos contratos de trabalho, formas de subcontratação, reformas jurídicas que desmontam a legislação trabalhistas e o crescimento das ocupações informais.

Assim, o presente artigo apresenta as principais consequências do processo de reestruturação produtiva e as transformações no mercado de trabalho, atentando para o desemprego e as conseqüentes formas de precarização do trabalho, que nas últimas décadas tem se expressado pelo trabalho flexível, instável e, principalmente, informal.

2 Crise do capital, reestruturação produtiva e precarização do trabalho

O final do século XX é marcado por profundas transformações na sociedade capitalista, principalmente a partir da década de 1970, quando tem início uma crise estrutural de valorização e um processo de restauração econômica, política e ideológica do “sistema sociometabólico do capital” (MÉSZÁROS, 2002). Uma das principais expressões da referida crise é o esgotamento do modelo de produção fordista, fundado na produção de mercadorias em série voltada para o consumo de massa, e da política keynesiana, que articula geração de emprego a políticas sociais para a classe trabalhadora, tendo em vista a garantia de renda e o aumento do consumo. O binômio fordismo-keynesianismo representa, assim, o pilar de sustentação do capital no período conhecido como “anos gloriosos”, ocorrido no pós-Segunda Guerra Mundial.

As contradições do sistema capitalista, todavia, não cessam; pelo contrário, aprofundam-se cada vez mais com a crescente substituição de trabalho vivo por trabalho morto em busca de mais-valia, gerando, ao mesmo tempo, superprodução, desemprego e precarização do trabalho, compreendida por Alves (2013, p. 29) como “condição histórico-estrutural de desenvolvimento do próprio capitalismo global”.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Em um complexo processo de reestruturação produtiva, o modelo de acumulação flexível ganha espaço e ritmo avançado nos países capitalistas, substituindo a rigidez do fordismo pela “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1992, P. 140), com a incorporação de inovações sociais, organizacionais, tecnológicas e sociometabólicas à produção capitalista (ALVES, 2007).

Conforme assinala Harvey (1992, p. 153),

Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos e trabalho.

Desse modo, a flexibilidade surge para aumentar o caráter desigual do desenvolvimento econômico e a mobilidade que favorece a circulação de capital, fazendo com que este exerça forte poder sobre o trabalho (HARVEY, 1992, p. 141).

Diante da tendência à queda da taxa de lucros que caracteriza a crise capitalista nos anos 1970, o capital utiliza estratégias contratendências que configuram o que Alves (2013, p. 30) denomina de “fenomenologia do mundo do capital no plano histórico-mundial”, quais sejam: “‘globalização’ como mundialização do capital, reestruturação produtiva do capital como precarização estrutural do trabalho e financeirização da riqueza capitalista”.

Tendo em vista que a economia não é uma esfera isolada e autônoma, tais contratendências também se expressam no plano político e ideológico, por meio do neoliberalismo, colocando-se em prática “políticas cada vez mais exploradoras e repressivas ditadas pela grosseira rotação autoritária do capital e por sua cínica justificação ideológica” (MÉSZÁROS, 2011, p. 10).

A nova dinâmica capitalista, ao remontar a produção, remonta também a classe trabalhadora, com a imposição de dinâmicas flexíveis de trabalho, exigências de especialização da mão-de-obra operária, bem como a redução dos postos de trabalho. Instaure-se, assim, uma instabilidade do emprego, com poucas garantias e subformas de contratação (ALVES, 1999).

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Nesse contexto, conforme assinala Antunes (2000), a classe trabalhadora se torna cada vez mais diversificada, heterogênea e fragmentada, compreendendo não apenas os trabalhadores produtivos, que produzem diretamente a mais-valia e participam diretamente do processo de valorização do capital, mas também os trabalhadores improdutivos, “aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público o para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia” (ANTUNES, 2000, p. 102). A noção ampliada de classe trabalhadora apresentada pelo autor

inclui, então, todos aqueles e aquelas que ‘, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o *proletariado precarizado*, o *subproletariado moderno*, *part time*, [...] os trabalhadores terceirizados [...] os trabalhadores *assalariados* da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiam o exército industrial de reserva, na fase de expansão do *desemprego estrutural*. (ANTUNES, 2000, p. 103-104, grifos do autor).

Em síntese, a totalidade daqueles que dependem do trabalho para sobreviver constitui a classe trabalhadora dos dias atuais, quer estejam direta ou indiretamente subordinados ao capital, inseridos no mercado de trabalho formal ou informal, tendo acesso ou não a direitos trabalhistas, empregados ou desempregados, mas sujeitos, de qualquer forma, às condições impostas pelo capitalismo global e suas consequências destrutivas sobre o conjunto dos trabalhadores.

3 Transformações no mundo do trabalho e o aumento do desemprego

Entre as principais transformações ocorridas no mundo do trabalho, em decorrência da crise e da reestruturação do capital nas últimas décadas, tem-se a instabilidade do trabalho na indústria, a redução das garantias trabalhistas, o desemprego e o crescimento das formas precárias de contratação. A desigualdade entre trabalhadores se faz presente neste contexto, expressando a disparidade entre salários, condições de trabalho e divisão sexual de tarefas (ALVES, 1999).

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Além das transformações no trabalho fabril, Antunes (2007) aponta a redução dos postos nesse espaço, que se segue desde a década de 1980. Em países como a França houve uma considerável redução do número de operários; de 8,118 milhões em 1975, passou para 7,121 milhões em 1989, representando 29,6% da população ativa; na Itália, em 1990, os operários representavam 30% dos trabalhadores; no Canadá, essa redução também era esperada, com estimativas de 25% nos anos 2000. A retração dos trabalhadores da indústria permanece crescente nos últimos anos. Dados do Banco Mundial (2014) mostram que, em 2014, os países citados empregam, respectivamente, 20,5%, 27,1% e 19,8% nesse setor. Os Estados Unidos, um dos países de capitalismo desenvolvido, apresentam a taxa de 17,2 % e o Brasil 22,9% de trabalhadores na indústria.

Nos anos 1970 o Brasil teve um crescimento no número de empregos na indústria por, tardiamente, estar consolidando a indústria nessa década, porém, tendo como base “relações de trabalho autoritárias e mercado de trabalho heterogêneo e desigual, com intensa concentração de renda, na propriedade e do poder, e consideráveis desigualdades regionais” (MATTOSO e POCHMANN, 1998, p. 220). O certo dinamismo adquirido logo se desmontou na década seguinte. Mas a estrutura da indústria ainda se sustentou até a década de 1990, que vestiu o país com os trajes neoliberais.

Mattoso e Pochmann (1998) consideram a década de 1990 um período de agressiva desestruturação na produção e na distribuição econômica, em que se desarticula a economia nacional em nome do capital estrangeiro. A desregulamentação financeira quebra ou fragiliza bancos e empresas no país, dada a limitação competitiva; reduz-se a produção nacional, com a entrada de produtos importados no país; e, junto a isso, o Brasil passa por um processo de privatização do parque produtivo estatal, a exemplo da Petrobrás.

Como consequência da desindustrialização do trabalho, tem-se a chamada subproletarização, com o aumento de formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado e informal. Segundo Antunes (2007, p. 50),

Essas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Os assalariados da indústria têm se polarizado. De um lado os assalariados com certa estabilidade – trabalhadores com especialização e os que possuem vínculo permanente na unidade produtiva, como diretores, gerentes e encarregados. O segundo grupo são os assalariados subcontratados (ALVES, 1999), mediados por empresas que terceirizam mão-de-obra, oferecem contratos flexíveis e a baixo custo para outras empresas e para o setor público.

Com a redução dos postos de trabalho na indústria e a alta rotatividade da força de trabalho, tem-se o crescimento do desemprego, o qual surge como “a consequência necessária da crise em aprofundamento nos ramos produtivos da ‘economia real’”, crescendo “por toda parte numa escala assustadora, e a miséria humana a ele associada” (MÉSZÁROS, 2011, p. 88).

Druck (2013) apresenta o desemprego como a condição mais precária e vulnerável do trabalhador, pois é no bojo desta que ocorre sua dominação pelo empregador.

A condição de desempregado e a ameaça permanente da perda do emprego têm se constituído numa eficiente estratégia de dominação do âmbito do trabalho. O isolamento e a perda de enraizamento, inserção, vínculos e perspectivas de identidade coletiva, decorrentes da descartabilidade, da desvalorização e da exclusão, são condições que afetam decisivamente a solidariedade de classe. Esta é minada pela brutal concorrência que é desencadeada entre os próprios trabalhadores e estimulada conscientemente pelo capital por meio da gestão do medo e da chantagem. Uma vulnerabilidade social cujos traumas ainda estão por compreender e analisar no contexto atual, especialmente entre as novas gerações, que não conseguem se inserir no mercado de trabalho (Druck, 2013, p. 64).

A autora sinaliza a vulnerabilidade do emprego no Brasil no momento de crise mundial, cuja maior expressão ocorre em 2008³, com uma taxa de desocupação de 9,0%. Tendo como referência o mês de janeiro, a taxa de desocupação em 2010 ficou em 7,2%, chegando a 7,6% em março; em 2011, 6%; em 2012, 5,5%; em 2014 se apresentou a menor

³ A crise que sacudiu o mundo em 2008 teve início nos Estados Unidos da América (EUA) com a crise imobiliária e o esgotamento do sistema de hipotecas, o que desestabilizou o sistema financeiro e, consequentemente, os bancos de investimento. Grandes bancos vieram a falir e com isso “os mercados globais de crédito congelaram, assim como a maioria dos empréstimos no mundo.” (Harvey, 2011, p.10). A economia dos EUA como um todo estava fragilizada, reduzindo em muito as exportações de países como a Alemanha e o Brasil, gerando dificuldades também nestes países, dentre elas o desemprego (Harvey, 2011).

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



taxa de desocupação em quase todos os meses; em janeiro foi de 4,8%, chegando no máximo a 5,1%, considerando que foi o ano em que o Brasil recebeu a Copa do Mundo de Futebol, aumentando a quantidade de empregos temporários; 2015 começou com a taxa de desocupação em 5,3%, chegando a 7,8% em outubro (IBGE, 2016).

Pode-se verificar que as menores taxas de desocupação são observadas nos meses de dezembro, período em que o comércio abre um número de vagas temporárias, aquecido pelas festividades de fim de ano. Dos anos citados, o único que não manteve baixa taxa de desocupação no mês de dezembro foi 2015, com 6,9%; em 2016, o Brasil chegou a 7,6% (IBGE, 2016).

O contingente de desocupados ou desempregados representou, em 2016, 1,9 milhões de pessoas das 24,9 milhões consideradas economicamente ativas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A maioria dessa população é composta por mulheres, 50,8%, e 49,2% por homens; em idade de 25 a 49 anos (52,9%), seguida por jovens de 18 a 24 anos (30,2%); a maioria já teve emprego anterior e fica à procura de uma colocação no mercado de 31 dias a 6 meses (IBGE, 2016).

Segundo Druck (2013, p. 65), os desempregados e os trabalhadores informais estão num mesmo patamar, pois “a fronteira entre desemprego e trabalho informal é muito tênue” (DRUCK, 2013, p. 65). O trabalho informal se insere no limiar do desemprego, por ser instável e vulnerável. Mas também se apresenta como uma maneira de flexibilizar as relações de trabalho *a priori* formais, na perspectiva de redução de direitos e de maior sujeição da classe trabalhadora.

4 Precarização do trabalho e o crescimento da economia informal

Com o solapamento do emprego estável e regulamentado, o crescimento do desemprego e o incentivo ideológico à autonomia do trabalho na década de 1990, tem-se um crescimento significativo do trabalho informal.

Para Cacciamali (2001), além do desemprego, o processo de informalização é demonstrado pela

Maior intermitência entre inatividade e participação no mercado de trabalho;
maior participação das mulheres e adaptação e surgimentos de ocupações

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



que lhes são adequadas; novas modalidades de contrato coletivo e individual para a mão-de-obra assalariada; práticas de subcontratação ou de terceirização realizadas por meio de contratos comerciais; contratos não registrados - verbais acordados a margem das leis trabalhistas; maior expansão de trabalhos por conta própria ou de pequenos estabelecimentos sem delimitação da relação capital-trabalho (CACCIAMALI, 2001, p. 79).

Essas expressões se manifestam de maneiras diferentes, variando com o contexto nacional. Nos países da América Latina, a tendência é de expansão grosseira do setor informal e das relações informais de trabalho à margem das legislações trabalhistas, enquanto nos países europeus há uma flexibilização por meio da alteração das leis, e não na ausência delas.

No Brasil, o processo em curso desde os anos 1980 e que se arrasta nos anos 2000 se caracteriza pelo ajustamento das legislações laborais, com vistas ao rebaixamento salarial e demais custos com o trabalho; expansão do emprego sem registro; crescimento do desemprego e da inatividade; e a expansão do setor informal, tendo como categoria ocupacional típica o trabalho autônomo, que supera numericamente o emprego registrado (CACCIAMALI, 2001).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT),

A expressão “economia informal” refere-se a todas as atividades econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Estas atividades não entram no âmbito de aplicação da legislação, o que significa que estes trabalhadores e unidades operam à margem da lei; ou então não são abrangidos na prática, o que significa que a legislação não lhes é aplicada, embora operem no âmbito da lei; ou, ainda, a legislação não é respeitada por ser inadequada, gravosa ou por impor encargos excessivos (OIT, 2005, p. 7).

Embora identifique os traços negativos do trabalho informal, a OIT não prevê a superação deste mas aponta sua tendência de assumir características de trabalho digno e até de ser formalizado. Na concepção do organismo internacional, trata-se de uma atividade de caráter empreendedor, considerando que

Muitos dos que trabalham na economia informal têm um sentido apurado do negócio, espírito criativo, dinamismo e capacidade de inovação, potencial que pode prosperar se se conseguir eliminar determinados obstáculos. A economia informal pode igualmente servir de viveiro de empresas e permitir a aquisição de qualificações no local de trabalho. Neste aspecto, pode servir de rampa de lançamento para um acesso gradual à economia formal, se forem implementadas estratégias eficazes (OIT, 2005, p. 8).

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Desse modo, o trabalho informal é considerado um tipo de inserção que absorve os trabalhadores que não têm outra maneira de trabalhar, nem de proverem seu sustento. Segundo Tavares (2002), no entanto, esta concepção é limitada e deve ser recusada, pois, no capitalismo, as relações de compra e venda da força de trabalho são descaracterizadas da relação formal de assalariamento, aproximando-se do trabalho informal. Para a autora, as referências que regulam o emprego estão perdendo a pertinência, tirando a sustentação da denominação formal/informal. Portanto, a informalidade não se restringe às atividades menos especializadas, mas se dissemina em diversas ocupações como uma tendência da flexibilização.

As formas de trabalho se reordenam à medida em que a flexibilização combina práticas modernas com antigas. Assim, recoloca-se a ordem ideológica dominante falseando as contradições, dando a aparência de formal a atividades cada vez mais informais. Ainda de acordo com Tavares (2002, p. 55),

Graças aos mecanismos oferecidos pela flexibilização, o capital tem transformado relações formais em informais, o que, por consequência, embota outras relações. [...] torna-se evidente que pela deslocalização do trabalho nega-se a categoria tempo de trabalho e, por conseguinte, a subordinação do trabalho ao capital. Contudo, essa deslocalização, que os neoliberais traduzem como “independência”, apenas cria a ilusão de que o trabalhador adquiriu autonomia.

A finalidade do capital, portanto, não deixa de ser a acumulação; embora a dinâmica se modifique, a lógica continua a mesma. Para Antunes (2013) o mercado informal se mostra como um mecanismo do capital para ampliar o movimento do trabalho e a geração de valor, pois essa forma de economia contribui para a circulação e o consumo de mercadorias. O autor partilha das concepções de Alves e Tavares (2006) sobre as maneiras como a informalidade se expressa.

Uma primeira construção de informalidade se dá pelos trabalhadores informais tradicionais, que são aqueles que desenvolvem atividades com a finalidade de obter renda para si e para sua família; vivem da sua própria força de trabalho e de familiares e,

VI seminário CETROS
CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL
desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



esporadicamente, de ajudantes. É nítida a instabilidade da informalidade, mas neste espaço existem trabalhadores menos e mais instáveis. Os primeiros são aqueles

Que possuem mínimo de conhecimento profissional e os meios de trabalho e, na grande maioria dos casos, desenvolvem suas atividades no setor de prestação de serviços, de que são exemplos as costureiras, pedreiros, jardineiros, vendedores ambulantes de artigos de consumo mais imediato como alimentos, vestuário, calçados e de consumo pessoal, camelôs [vendedores informais de rua], empregados domésticos, sapateiros e oficinas de reparos (ALVES E TAVARES, apud ANTUNES, 2013, p. 15).

Esses trabalhadores dispõem de certa autonomia, trabalhando de forma individual ou com poucas pessoas e a especialização também é um fator que os caracteriza.

Outro seguimento da informalidade é composto pelos trabalhadores informais assalariados sem registro. Conforme assinala Cacciamali (2000, p. 166),

A maior parte dos assalariados sem registro tem como característica comum o fato de ter sido contratada à margem da regulamentação do mercado de trabalho, à margem das regras dos contratos por tempo indeterminado e em tempo integral e da organização sindical.

Esses trabalhadores se encontram em um nível de precarização maior do que os assalariados com carteira assinada, por estarem à margem da legislação trabalhista, o que os exclui das garantias de direitos.

Uma terceira forma de informalidade apontada por Antunes (2013) são os trabalhadores por conta própria, que se valem de sua própria força de trabalho, de familiares ou de terceiros. Segundo Cacciamali (2000, p. 167),

O que caracteriza esse grupo, especialmente aqueles que operam com baixo nível de produtividade com relação às empresas capitalistas, é que compreende indivíduos com pouco nível de capital físico ou humano, que são simultaneamente patrões e empregados de si mesmos. Trabalham diretamente na produção ou na prestação de um serviço e podem engajar familiares ou ajudantes-assalariados nesse processo como extensão de seu próprio trabalho, ou seja, prescindem de mão-de-obra assalariada permanente para seu funcionamento.

O crescimento dessas formas de ocupação, se dá a medida da retenção do mercado de trabalho formal. As pesquisas mostram que em 2008 havia um contingente de 4,1 milhões de trabalhadores por conta própria (IBGE, 2008). Em 2017 esse número saltou para 22,9 milhões



de pessoas distribuídas entre o comércio, pequenos consertos, serviços mecânicos, comércio de combustíveis e construção civil. Soma-se a isso o atual número de desempregados no Brasil que chega a 13 milhões (IBGE, 2017).

Os números da informalidade podem destoar da realidade, como coloca Cacciamali (2000), pela ausência de uma leitura da reestruturação nos diferentes setores do mercado de trabalho; pela necessidade de maior atenção ou reformulação das denominações, para que contemplem as novas e variadas formas de ocupação; e pela desagregação da denominação por “conta própria”, por seu conteúdo ser muito diverso e envolver tanto ocupações formais como informais.

Os trabalhadores informais tradicionais e por conta própria são as manifestações mais presentes da informalidade, principalmente no comércio de rua, à exemplo das feiras livres de frutas e verduras e feiras de vestuário. Formas que se disseminam pelos centros urbanos. No entanto, descaracterizadas ou generalizadas pelos institutos estatísticos que mensuram a informalidade.

Considerações finais

Como apresenta Tavares (2002) não é pretensão do capitalismo gerar empregos, muito menos que estes ofereçam algum nível de estabilidade ou “vantagens” para o trabalhador.

Como em sua própria estrutura o capitalismo apresenta inconsistências, os ajustes são necessários para que continue se reproduzindo. Desta forma, os ajustes solapam as condições de trabalho da classe trabalhadora, bem como limitam suas formas de organização e até a vida social, com seu forte caráter ideológico ancorado nos ditames neoliberais.

O desemprego coage a classe trabalhadora, e a lógica por trás dele condiciona as formas de subproletarização. Congregando relações precárias, flexíveis e informais de trabalho. São os trabalhadores terceirizados e assalariados sem registro das fábricas e lojas; os trabalhadores informais tradicionais: pedreiros, vendedores, prestadores de serviço, que desempenham atividades mais simplificadas; o trabalhador autônomo que tem como objetivo garantir a sua sobrevivência e de sua família. Os camelôs, feirantes e demais trabalhadores de

<p>VI seminário CETROS CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL desafios para a classe trabalhadora</p>	
<p>ISSN: 2446-8126</p> <p>22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE (Auditório Central - Campus do Itaperi)</p>	

rua que compõem um contingente de mão de obra invisível e socialmente desprotegida, mas que são extremamente necessários ao capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**. Ensaios de Sociologia do Trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

_____. **Trabalho e Mundialização do Capital**. A nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização. 2. ed. Londrina: Práxis, 1999.

_____. **Dimensões da Precarização do Trabalho**. Ensaios de Sociologia do Trabalho. 1. ed. Bauru: Canal 6, 2013.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal do Emprego Janeiro 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal do Emprego: Trabalhadores por conta própria: perfil e destaques**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese De Indicadores Sociais: Uma Análise Das Condições de Vida da População Brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

CACCIAMALI, M. C. Informalidade, trabalho informal e desemprego – necessidade de regras e políticas públicas para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania. IN: **Revista GEOUSP: espaço e tempo**. N. 10. São Paulo: USP, 2001. P. 77-91.

CACCIMALI, Maria Cristina. Globalização e o processo de informalidade. Campinas: **Economia e Sociedade**, 2000. P. 153-174.

DRUCK, M. G. **A Precarização Social do Trabalho no Brasil**. IN: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. 1.Ed. São Paulo: Boitempo, 2013. P. 55-73.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

VI seminário CETROS

CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL

desafios para a classe trabalhadora

ISSN: 2446-8126

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)



MATTOSO, J; POCHMANN, M. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. IN: **Economia e Sociedade**. Campinas, 1998. P. 213-243.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A Crise Estrutural do Capital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A OIT e a economia informal**. Versão Portuguesa, Lisboa, 2005.

Public Data. Diretório de Dados Públicos. **Indicadores do Desenvolvimento Mundial-Banco Mundial**. Disponível em: <https://www.google.com.br/publicdata/directory>. Acesso em: 06/03/2017.

TAVARES, M. T. Trabalho Informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. **Revista Outubro**. N. 7. 2002. P. 49-60.